

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **Reestruturação Produtiva: As mudanças nas relações de trabalho nas indústrias de calçados em Franca/SP**

**Cíntia Aparecida da Silva<sup>1</sup>**

**Helen Barbosa Raiz Engler<sup>2</sup>.**

### **Resumo**

O presente artigo intenciona levantar indagações a respeito das alterações ocorridas nas relações de trabalho desencadeadas com a reestruturação das relações produtivas apresentando um panorama do capitalismo brasileiro durante a década de 1990 e especialmente os efeitos da adoção do modelo neoliberal pelo Estado na economia nacional durante os anos finais do século XX. Apresentam-se ainda os reflexos da reestruturação produtiva na cadeia produtiva do calçado, (foco de pesquisa) na cidade de Franca/SP. Para tal, buscou-se como aporte reflexões teóricas que abordem a temática: *Mundo do Trabalho, Modo de Produção Capitalista, Estado Neoliberal, Reestruturação Produtiva*, dentre outros.

### **Palavras-Chave**

Reestruturação Produtiva; Mundo do Trabalho; Indústria Calçadista.

---

<sup>1</sup> Assistente Social; Mestranda em Serviço Social pelo Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP. Bolsista CAPES; Membro do Grupo de Pesquisa Mentalidades e Trabalho: do local ao global. E-mail: [cintia.unesp2004@gmail.com](mailto:cintia.unesp2004@gmail.com) Fone: (11) 9221-1290.

<sup>2</sup> Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social/UNESP. Pesquisadora Líder do Grupo de Pesquisa Mentalidades e Trabalho: do local ao global. E-mail: [helenengler@hotmail.com](mailto:helenengler@hotmail.com) Fone: (16) 3723-8958

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## Abstract

The present article intention to especially raise investigations regarding the occurred alterations in the unchained relations of work with the reorganization of the productive relations presenting a scene of the Brazilian capitalism during the decade of 1990 and the effect of the adoption of the neoliberal model for the State in the national economy during the final years of century XX. The consequences of the productive reorganization in the productive chain of the footwear, (focus of research) in the city of Franca/SP are still presented. For such, one searched as it arrives in port theoretical reflections that approach the thematic one: World of the Work, Way of Capitalist Production, Neoliberal State, Productive Reorganization, amongst others.

## Keywords

Productive reorganization; World of the Work; Calçadista industry.

## 1. Capitalismo Brasileiro no decorrer da década de 1990

As transformações ocorridas no capitalismo recente no Brasil, particularmente na década de 1990, ocorreram em decorrência do advento do receituário e da pragmática neoliberais, desencadeando-se uma enorme onda de desregulamentações nas mais distintas esferas do mundo do trabalho. Houve também como consequência da reestruturação produtiva e do redesenho da divisão internacional do trabalho e do capital, um conjunto de transformações no plano da organização sócio-técnica da produção, e um processo de reterritorialização da produção, dentre tantas outras consequências.

O capitalismo brasileiro desde meados da década de 1950 e especialmente pós-início da Ditadura Militar (1964) desenvolveu uma estrutura produtiva de duas frentes, de um lado, voltava-se para a produção de bens de consumo duráveis como automóveis, eletrodomésticos, visando um mercado interno restrito e seletivo; de outro lado, objetivava

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

também desenvolver a produção para exportação, tanto de produtos primários quanto de produtos industrializados.

O modelo de desenvolvimento emergente supunha um crescimento acelerado da capacidade produtiva do setor de bens de produção e do setor de bens duráveis de consumo e, notadamente, um financiamento que desbordava as disponibilidades do capital nacional (privado) e estrangeiro já investidos no país; simultaneamente, esta expansão acarretava “uma desaceleração do crescimento, ainda que se mantivesse a mesma taxa de investimento público, uma vez que a digestão da nova capacidade produtiva criada nos departamentos de bens de produção e de bens de consumo capitalista provocaria um corte significativo no investimento privado. (NETTO, 2005, p. 20).

O objetivo manifesto da política de apoio às exportações, montada a partir de meados dos anos 1960, foi o de aumentar e diversificar as exportações, sem, todavia, alterar a estrutura de barreiras às importações que constituíam um elemento central da estratégia de desenvolvimento industrial por substituição de importações.

O Estado erguido no pós-64 tem por funcionalidade assegurar a reprodução do desenvolvimento dependente e associado, assumindo, quando intervém diretamente na economia, o papel de repassador de renda para os monopólios, e politicamente mediando os conflitos setoriais e inter-setoriais em benefício estratégico das corporações transnacionais na medida em que o capital nativo ou está coordenado com elas ou com elas não pode competir (e não infreqüente que a coordenação se dê também por incapacidade para competir). (NETTO, 2005, p. 28)

Dessa forma, a transição do capitalismo competitivo ao monopolista no Brasil ocorreu por caminhos diferenciados ao “modelo universal da democracia burguesa”. A economia brasileira relacionou-se com a expansão monopolista seguindo a forma típica que assumiu na periferia dos centros mundiais. As grandes corporações, operando diretamente

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

ou por meio de filiais, surgem aqui quase simultaneamente ao seu aparecimento nas economias centrais.

Fernandes (1975) ressalta a tese supracitada ao afirmar que o desenvolvimento capitalista foi marcado por uma forma de dominação burguesa qualificada de “democracia restrita”, circunscrita aos membros das classes dominantes que universalizam seus interesses de classe a toda a nação, pela mediação do Estado e de seus organismos privados de hegemonia. Nesse tocante considera-se que o país transitou da “democracia dos oligarcas” à “democracia do grande capital”, com clara separação entre desenvolvimento capitalista e regime político democrático.

Foi na ditadura militar que se formou o tripé desenvolvimentista, empresas estatais-privadas nacionais-multinacionais. Uma parte notável do excedente tomava o rumo do exterior no pagamento da dívida, com o que se encaminhou, já nos anos 1980, para uma crise da dívida externa que marcou todo o período e tornou quase sem eficácia econômica a redemocratização política operada.

As exigências do processo de acumulação da industrialização substitutiva requeriam radicalização do controle do novo ator fundamental –o operariado– e uma acumulação primitiva ainda mais profunda. E não significou uma nova sociabilidade. A ditadura estatizou os setores mais importantes da produção numa escala e abrangência que nenhum nacionalista, do período anterior havia sonhado, mesmo as formações de esquerda.

Esse processo manteve e aprofundou os laços de dependência em relação ao capital exterior e ocorreu sem uma desagregação radical da herança colonial na conformação da estrutura agrária brasileira.

Durante os anos 1980 e final da Ditadura Militar o país ainda se encontrava relativamente distante do processo de reestruturação produtiva e do projeto neoliberal, já em curso acentuado nos países capitalistas centrais. Mas já sofria as primeiras influências da nova divisão internacional do trabalho.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Verifica-se que foi na supracitada década que ocorreram os primeiros impulsos do processo de reestruturação produtiva no Brasil, levando as empresas a adotarem inicialmente os novos padrões organizacionais e tecnológicos do trabalho, especialmente a adoção do sistema toyota de produção.

## 2. Adoção do Sistema Toyota de Produção

Emerge para os países capitalistas ocidentais um novo modelo de produção conhecido como toyotismo, criado no Japão, por Taichi Ohno<sup>3</sup> (1912-1990), como um novo tipo de organização do trabalho, no pós-Segunda Guerra Mundial, o qual tinha como característica adaptar-se a novas exigências de um mercado enfraquecido, criando-se um modelo flexível de trabalho.

Esse modelo de empresa e de organização social e gerencial do trabalho foi e ainda vem sendo referenciado como uma forma de organização da produção e do trabalho, cuja finalidade, seria a de combinar as exigências da qualidade e da quantidade, contrapondo-se à especialização proposta pelo taylorismo através da polivalência, da rotação de tarefas e do trabalho em grupo.

Tal como o taylorismo/fordismo, o objetivo supremo do toyotismo – ou da “produção enxuta” continua sendo desenvolver a acumulação do capital, por meio do incremento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX, ou seja, o toyotismo pertence também, ao processo geral de racionalização do trabalho instaurado pela grande indústria.

---

<sup>3</sup> Taichi Ohno é considerado o pai do sistema Toyota. Nascido em Dairen, China, formou-se em Engenharia Mecânica na Escola Técnica de Nagoya e entrou para a Toyota Spinning and Wearing em 1932. Em 1943 foi transferido para a Toyota Motor Company, em 1954 tornou-se diretor, em 1964 diretor gerente, em 1970 diretor gerente sênior e vice presidente executivo em 1975. Como grande idealizador do Sistema Toyota de Produção, propôs que as perdas presentes no sistema produtivo fossem classificadas em sete grandes grupos: perda por superprodução (qualidade antecipada); perda por espera; perda por transporte; perda por perda no próprio processamento; perda por movimentação; perda por estoque; e perda por fabricação de produtos defeituosos. Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Taichi\\_Ohno](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taichi_Ohno) Acesso em 07/09/2007

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Por outro lado, cabe ao toyotismo articular na nova etapa da mundialização do capital uma operação de novo tipo de captura da subjetividade operária, uma nova forma organizacional capaz de aprofundar - e dar uma nova qualidade - a subsunção real do trabalho do capital inscrita na nova forma material do capitalismo da Terceira Revolução Científica e Tecnológica. Entretanto, o toyotismo não visa instaurar uma sociedade “racionalizada”, mas apenas uma “fábrica racionalizada”.

O sistema toyota de produção reproduz a lógica da acumulação flexível, num grau superior com seus dispositivos organizacionais e sob uma base técnica mais adequada. O seu objetivo é constituir uma fábrica “enxuta”, transparente e flexível.

Na verdade, a idéia do toyotismo é desenvolver dispositivos organizacionais no interior do complexo de produção de mercadorias capazes de evitar rebotalhos e defeitos. Para isso é importante uma nova concepção de linha de produção e um novo perfil de operário. (ALVES: 2000, p. 44).

O sistema just-in-time para Coriat (1994, p. 56), “é a maior inovação organizacional da segunda metade do século XX”. Podemos considerá-lo como o cerne e o elemento distintivo do modelo de administração japonesa, pois é ele que representa o princípio do toyotismo: a gestão pelos estoques. O seu pressuposto constituinte é o princípio da “fábrica mínima” e da “administração pelos olhos”<sup>4</sup>.

Tanto o taylorismo/fordismo, como o toyotismo, são partes da Segunda Revolução Industrial (‘a utilização científica da matéria viva, o trabalho’) – todos eles, em maior ou menor proporção estariam preocupados com o controle do elemento subjetivo no processo de produção capitalista. (ALVES: 2000, p.33).

---

<sup>4</sup> Possibilita que os padrões de operação sejam evidenciados a cada posto de trabalho.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

A introdução da reestruturação produtiva caracterizou-se pela redução de custos através da diminuição da força de trabalho, sendo os maiores expoentes do cenário, os setores automobilístico e de autopeças, seguidos posteriormente pelos ramos têxtil e bancário.

Após a recuperação parcial da economia em meados da década de 1980, ampliaram-se as inovações tecnológicas, através da introdução da automação industrial de base microeletrônica nos setores metal-mecânico, automobilístico, petroquímico e siderúrgico.

Todavia, nos anos 1990 a reestruturação produtiva do capital desenvolve-se intensamente no país, através da implantação de vários receituários oriundos da acumulação flexível e do ideário japonês evidenciado pelo sistema toyota de produção.

No toyotismo encontramos o princípio da linearização da produção que consiste em instalar as máquinas de tal maneira que elas se tornem o suporte de operações sucessivas, levadas a cabo pelos operários polivalentes.

O trabalhador polivalente é um dos pontos de ruptura do toyotismo com o taylorismo/fordismo, pois, nestes últimos, a organização da produção promovia a separação nos postos de fabricação direta, das tarefas de execução e controle de qualidade. Nesse caso, a racionalização do trabalho procedia por meio da parcelização e da repetitividade do trabalho materializada pelos protocolos taylorizados do estudo do tempo e dos movimentos e dos microtempos alocados e impostos, sempre baseados em tarefas estritamente repetitivas.

A polivalência do trabalhador, estratégia utilizada para diminuir os custos de produção e elevar a produtividade por meio da eliminação dos “tempos mortos”, vem se firmando como um requisito fundamental para a garantia do emprego e para aqueles que buscam um lugar no mercado de trabalho local. (NAVARRO: 2006, p.415)

Evidencia-se nesse período (início da década de 1990) que os avanços tecnicocientíficos do período (informática, telecomunicações, robótica, biotecnologia e

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

outros) e a difusão da rede de informação reforçaram e facilitaram o processo de globalização.

Ao estabelecerem um intercâmbio acelerado (reduzindo o espaço e o tempo), não só na esfera econômica (mercados, tecnologia de produção), atingiram também, os hábitos, os padrões culturais e de consumo. Assim verifica-se uma classe trabalhadora, debilitada por causa do desemprego, resultante do maciço investimento tecnológico, ou absorvida pelo setor de serviços e uma economia fluída que não permite a formação de uma consciência de classe.

Esses avanços tecnocientíficos levaram ao aumento do número de máquinas nas indústrias, o que implicou em um aumento significativo do desemprego, como já foi citado acima, pois para controlar o funcionamento destas, não era necessário um grande contingente de mão-de-obra. Além disso, este processo causou a elitização do emprego, já que para o controle adequado de cada máquina é necessário um maior conhecimento. Assim, a inserção das máquinas tornou-se um processo de exclusão, pois para continuar integrado nas indústrias era necessário à adequação à tecnologia, o que não era de alcance de todos, visto que o conhecimento também se tornou uma mercadoria.

No tocante aos setores industriais, estes para atender as mudanças exigidas em curso no processo produtivo pela globalização, realizaram amplos programas de reestruturação, adotando, por exemplo, à terceirização<sup>5</sup>, objetivando assim o aumento da competitividade e a redefinição de suas estratégias de competição e expansão. Porém, alguns setores da indústria brasileira sentiram de forma diferenciada os impactos desse novo ambiente competitivo, como é o caso do setor calçadista francano, foco de estudo.

Toda essa mudança no cenário econômico do país foi reforçada pela implantação de dois planos de governo, o primeiro foi o Plano Collor I, anunciado em 16 março de 1990,

---

<sup>5</sup> Terceirização, assim seria a transferência para outra empresa de atividade que normalmente seria desenvolvida pelos trabalhadores da determinada empresa. A empresa que passa a desenvolver tal atividade é denominada de “terceira”, “parceira”, “fornecedora”, ou, vocábulo mais utilizado: prestadora de serviços. A empresa que contrata tais serviços terceirizados é chamada de tomadora de serviços.



# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

pelo Presidente da época Fernando Collor de Melo que trouxe um modelo para mudar a economia ao propor a passagem de uma economia fechada, liderada pelo Estado, para uma economia aberta, liderada pelo setor privado, tendo como objetivo, ainda, pôr fim à crise econômica, ajustar a economia e elevar o país do Terceiro para o Primeiro Mundo.

No início desse plano a inflação foi reduzida porque o plano era ousado e radical, tirava o dinheiro de circulação, porém com a redução da inflação iniciou-se uma profunda recessão no país, havendo aumento do desemprego, fechamento de várias empresas e a diminuição considerável da produção, tendo uma queda de 26% em abril de 1990, em relação a abril de 1989. As empresas reduziram a produção, jornadas de trabalho e salários, e em vários casos demitiram funcionários.

O processo de reestruturação produtiva vem nesse sentido agravar ainda mais a conjuntura do trabalhador. Sendo uma exigência da lógica do capital, ela expressa uma intensa ofensiva do capital sobre os trabalhadores, e o faz através de múltiplas formas (precarização do trabalho, desregulamentação dos direitos sociais, por exemplo), visando tornar ainda mais consistente a dependência real e formal do trabalho ao capital.

A desregulamentação da movimentação financeira aumentou, contraditoriamente, a necessidade da intervenção do Estado para estabilizar a anarquia do mercado e contribuir para a superação das crises dos sistemas financeiros e das empresas, com recursos advindos das mais diversas fontes, e em especial dos contribuintes, inclusive os de baixa renda. Assim, o Estado continua forte, o que muda é a direção socioeconômica da atividade e da intervenção estatal, estabelecendo novas regras para governar a favor do grande capital financeiro.

Impulsionada pelas revoluções tecnológicas em curso em diversos campos, a produção mundial de bens e serviços tendeu a ampliar-se fortemente, o comércio mundial, por sua vez, expandiu-se no âmbito da internacionalização da economia e prossegue a escalada de inovações tecnológicas que criam novas possibilidades de satisfazer necessidades.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Nesse momento ocorreu o início de uma verdadeira e profunda campanha para que as culturas gerenciais fossem substituídas por uma cultura de qualidade, em todos os setores produtivos e de bens e serviços.

As exigências de combinar qualidade com quantidade, na organização do processo de produção, para implantação das mudanças que se impuseram, difundiu-se no Brasil, junto aos métodos e técnicas de organização da produção e do trabalho.

Assim, a acumulação flexível encontra no modelo japonês – toyotismo - sua consagração, pois esse modelo, objetiva repensar a organização do trabalho obtendo ganhos na produtividade e reduzindo custos. Sua ênfase maior é na qualidade e na competitividade, ocorrendo ainda uma articulação do trabalhador que, agora, passa a ser polivalente ou pluriespecializado, ou seja, deve executar várias atividades ao mesmo tempo.

Portanto, o trabalhador tem um maior domínio e amplitude do trabalho realizado. Conseqüentemente ele passa a ser capaz de prover problemas e interferir em qualquer etapa da produção.

Neste novo modelo, o complexo de reestruturação produtiva atingiu as empresas francanas pautadas na divisão do trabalho. Esse movimento com características políticas, econômicas, culturais e sociais atingiu a classe trabalhadora como um todo. Diante desta situação, os sindicatos enfraqueceram suas forças de reivindicação, as empresas defenderam a flexibilização do mercado de trabalho, aumentando o trabalho precário sem direitos e proteção social.

Dessa forma, torna-se mister apresentar a realidade histórica, econômico-social do lócus de estudo, a cidade de Franca, situada no estado de São Paulo.

### **3. Franca/SP: A Economia do Calçado**

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

O município de Franca localiza-se na região nordeste do Estado de São Paulo na chamada Zona da Alta Mogiana e tem como uma de suas principais características econômicas a produção do calçado de couro masculino.

Desde o século XIX, começou a desenvolver no município, a atividade com o couro, decorrente do gado que os migrantes mineiros traziam para a região.

Diante disso, cria-se a indústria calçadista Jaguar no ano de 1921 e Franca ingressa no cenário produtivo. Porém, com a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, o setor calçadista francano atravessa um declínio em sua produção na década de 1930. Nessa época já existiam unidades produtivas familiares que realizavam algumas fases da produção do calçado.

Foi na primeira metade do século XX que Franca expandiu-se política e economicamente, além do significativo processo de urbanização, advindo principalmente do êxodo rural.

O número de indústrias calçadistas foi crescendo expressivamente e na década de 1960, tais organizações, com incentivo governamental aderiram ao mercado internacional, começando a exportar seus artefatos e a importar maquinário para sobreviver em meio à competitividade.

A indústria de calçados na cidade experimentou momentos “gloriosos” de expansionismo entre os anos de 1960 a 1980, permitindo assim a absorção de um grande contingente populacional que serviu para a consolidação desse modelo de produção.

No final da década de 1980, com o processo de reestruturação produtiva e o neoliberalismo, as empresas de calçados foram obrigadas a se reorganizarem estruturalmente para sobreviverem diante de medidas postas pelo interesse do capital.

Em Franca, durante o processo de reestruturação produtiva, nota-se uma redução abrupta do número dos postos de trabalho formal, implicando diretamente no aumento da informalização do emprego no setor. A redução dos postos de trabalho intensificou-se com

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

a abertura econômica inaugurada pelo Governo Fernando Collor de Mello e, concretizada no período Fernando Henrique Cardoso.

Franca possui um total de 760 empresas de calçados, englobando micro, pequenas, médias e grandes empresas. Segundo CARLONI (2006), a capacidade de produção anual (ano base de 2006) supera 37 milhões de pares com uma receita de aproximadamente US\$ 500 milhões por ano em 2005. Já a produção em nível nacional fica em torno de 725 milhões de pares anuais, trazendo um faturamento que fica na casa dos US\$ 8 bilhões no mesmo período.

Todavia, o nível de empregos em Franca, em queda em anos anteriores, se recuperou: o setor no fim do ano de 2007 empregou 22 mil operários, 4,98% a mais que os 20.957 no ano de 2006, segundo o Sindifranca (Sindicato da Indústria de Calçados de Franca)<sup>6</sup>.

Considera-se que apesar dessa cifras, ao longo da década de 1986-1996, a indústria calçadista extinguiu pelo menos 16.500 postos de trabalho nesse período, em sua enorme maioria em decorrência, não da incorporação de maquinaria, mas do gerenciamento da produção pelas indústrias. Ao mesmo tempo em que se reduziram drasticamente os postos de trabalho nas indústrias, proliferaram diversas modalidades de trabalho em domicílio e nas bancas de pesponto.

Para Chinali (1997, p 68), “banca de pesponto, na indústria calçadista, denomina a instância subcontratada pela fábrica para realizar frações do processo do calçado, principalmente a costura mecânica (pesponto) e costura manual das partes superiores do sapato”.

A transferência das atividades do corte do interior das fábricas para o domicílio dos sapateiros, além de penalizar o trabalhador pela existência de contratos que não garantem a constância de fornecimento de trabalho, pela existência de intermediários que leva ao aviltamento dos salários, também o penaliza ao fazê-lo arcar com os custos de instalação do

---

<sup>6</sup> <http://www.francanet.com.br/notlocais.asp?sc=Geral&id=14917>. Acesso em 30/12/2007.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

maquinário em sua residência, na maioria dos casos nas garagens ou nos fundos da casa. O local de trabalho e os demais locais da casa se confundem, a exploração do trabalhador passa a não se restringir apenas ao espaço físico da indústria, agora, está dentro da casa do trabalhador.

Frente ao exposto, pode-se concluir que as relações e condições de trabalho em Franca movimentam-se conforme a tendência constante do capital, deteriorando a força produtiva, pois, o setor calçadista não apresenta inovações tecnológicas significantes e no trabalho subcontratado os meios de produção são antigos e ultrapassados, além da indústria apresentar grande dependência de políticas de incentivo por parte do governo.

Esse processo ocorrido na indústria calçadista francana tornou-se um fator que trouxe conseqüências do global ao local, pois atividades do espaço local foram inseridas no espaço global e o funcionamento das indústrias de calçados de Franca sempre estiveram ligados às políticas econômicas governamentais, assim sendo não ficou imune às medidas de caráter neoliberal, muito presentes no atual processo de globalização.

Segundo Tavares (1993), a globalização prioriza as relações econômicas, as intervenções promovidas pelos capitais internacionais e suas novas formas de circulação e reprodução, devendo não ser entendida somente como um fenômeno contemporâneo, mas sim um estágio avançado do desenvolvimento do capitalismo, alicerçado historicamente em vários séculos.

Como resultado de todos esses fatores a produção e renda da indústria de calçados de Franca foi marcada por irregularidades decorrentes da conjuntura econômica e política nacional. O impacto do processo de reestruturação produtiva foi percebido em Franca quando se intensificou a competitividade, tanto no mercado interno quanto externo.

Assim, as empresas que não faliram optaram pela redução de custos transferindo máquinas e trabalhadores para seus domicílios. Ressalta-se, ainda que no Brasil e especificamente no setor calçadista, a flexibilização das relações de trabalho foi anterior à reestruturação produtiva não sendo, portanto, decorrência imediata desse processo, mas um

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

fator determinante para a rapidez da implantação e consolidação dessa matriz de sociedade marcada pela hegemonia do mercado.

Dessa forma constata-se que a estratégia de redução de custos que mais se difundiu entre as empresas foi a terceirização da produção, que para o trabalhador, resultou em maior exploração de sua força de trabalho.

O processo de terceirização em curso no país, na sua variante “espúria”, intensifica a extorsão de mais-valia absoluta e o comportamento da indústria calçadista francana diante dessa nova lógica do mercado serve de exemplo, pois naquele ramo industrial a subcontratação ou terceirização, como tem sido referenciado ultimamente, é velha conhecida e convive com formas não especificamente capitalistas de exploração do trabalho, como o trabalho em domicílio, que pode, ou não assumir características de trabalho familiar. (NAVARRO: 2006, p. 413)

O crescimento do trabalho domiciliar é observado a partir de meados dos anos 1980, contribuindo para o agravamento das condições de trabalho, na medida em que boa parte desse trabalho é realizada no domicílio do trabalhador, em locais improvisados e inadequados, invadindo o espaço destinado à família.

Agrava-se ainda mais o quadro com a impossibilidade de inspeção dos ambientes de trabalho pelos organismos responsáveis pela fiscalização da higiene e da segurança no trabalho.

Navarro (2006, p. 413) reforça a tese supracitada ao indicar que “o aumento do trabalho nas bancas<sup>7</sup> ou em domicílios penaliza ainda o trabalhador na medida em que sobre ele recaem os efeitos da flutuação do mercado, dado que a necessidade desse tipo de

---

<sup>7</sup> Segundo Navarro (1998), as bancas são unidades produtivas que prestam serviços às empresas calçadistas de Franca, sendo especializadas na realização de determinadas fases da confecção do sapato. Por exemplo, existe no município uma infinidade de bancas, como as de pesponto (costura mecanizada que une as peças que compõem o cabedal e também pode ter função ornamental), de corte (realiza o corte de partes constituintes do sapato, seja couro ou outro material), de chanfração, ponteação, entre outras. No Rio Grande do Sul, essas unidades de produção são denominadas “ateliers”. Em geral, essas bancas realizam o pagamento mediante a produção, ou seja, conforme os pares confeccionados.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

trabalho pelas empresas é marcado pela sazonalidade.” Outro agravante para a situação é a perda de direitos sociais e trabalhistas tais como o direito ao descanso semanal remunerado, às férias, ao 13º salário, à aposentadoria, entre outros.

Outro fator evidenciado no setor calçadista é a transferência de empresas para outras regiões do país. No setor calçadista, por exemplo, várias fábricas transferiram-se da região de Franca, no interior do Estado de São Paulo, ou da região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, para estados do Nordeste, como Ceará e Bahia. (ANTUNES: 2006, p. 18)

Referente aos trabalhadores que apesar de todas as adversidades continuaram dentro das fábricas vê-se que as alterações na produção foram intensas e exigiram dos trabalhadores do calçado capacidades, habilidades e rapidez extremas.

Dessa forma através de tais mudanças significativas no processo de produção do calçado, cabe expor as conseqüências sofridas diretamente pela classe trabalhadora no aspecto produtivo, inferindo em todas as esferas de suas vidas.

#### **4. Conseqüências da Reestruturação Produtiva na Cadeia Produtiva do Calçado em Franca**

Essas alterações foram significativas na vida dos trabalhadores do calçado, pois mudou-se não somente o modo como produzir parcelas do calçado, mas a forma como o trabalhador deveria trabalhar, assim como o tempo utilizado pelo mesmo para a realização das atividades, incitando-se assim a competição entre os sapateiros/as que passam não mais a se reconhecerem como classe, mas como indivíduos isolados disputando através da produtividade o seu emprego, mesmo que isso implique em demissão de vários outros trabalhadores.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Dessa forma, constata-se que a competição no mercado de trabalho intensificou-se entre trabalhadores das mais diversas especialidades, e entre os trabalhadores que exerciam a mesma atividade, o que fez aumentar a desocupação entre os menos competitivos.

Todavia, ao longo da década de 1990, esse fator torna-se mais visível, ocorrendo uma redução abrupta do número dos postos de trabalho formais, implicando diretamente no aumento da informalização do emprego no setor e a des-responsabilização das empresas no que tange o direito dos trabalhadores. Assim, os mesmos sentem-se desprotegidos em relação ao Estado que se omite em muitas questões entre empregados e empregadores e também das empresas que ao não assinarem a carteira de trabalho, ou seja, não oficializarem o emprego, retiram dos trabalhadores poder de reivindicação de direitos.

Nesse cenário vemos que os trabalhadores são os primeiros e os mais afetados quando as taxas de lucro diminuem. Mesmo sendo responsáveis pelo sustento de uma família inteira são os primeiros a terem seus salários rebaixados e posteriormente cortados em decorrência dos problemas financeiros das empresas.

A globalização destrói as indústrias tradicionais e cria, em consequência um aumento do número de desempregados superior ao que os setores industriais da tecnologia avançada são capazes de absorver. O resultado é a marginalização dos trabalhadores do mundo industrializado e também do menos desenvolvido que não dispõem de possibilidades para adaptar-se à nova situação. As cifras da pobreza aumentaram significativamente em muitas realidades nacionais. A desigualdade alcançou níveis históricos e recordes e se expandiu a numerosas esferas. (KLIKSBURG: 2003, p.70)

O desemprego e subemprego atingem os trabalhadores de todas as idades e o mercado de oportunidade estreita-se com a crise do capital e o número de operários em busca de emprego eleva-se de forma assustadora, acentuando a concorrência aos postos de trabalho e criando o que Marx (2002) denominou como exército industrial de reserva.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e, conseqüentemente, a magnitude absoluta



# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

do proletariado e da força produtiva do seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam as força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências das riquezas, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista.* (MARX, 2002, p. 748 - 749)

A ampliação de trabalhadores temporários expressa o aumento da subcontratação de pequenas empresas, que agem como escudo protetor das grandes corporações, enquanto transferem os custos das flutuações dos mercados à externalização da produção.

A contenção salarial, somada ao desemprego e à instabilidade do trabalho, acentua as alterações na composição da força de trabalho, com a expansão do contingente de mulheres, jovens, migrantes, minorias étnicas e raciais, sujeitos ao trabalho instável.

Pochmann (2001) considera que existem duas razões estruturais que explicam o fenômeno do desemprego no Brasil, a saber: persistência de baixas taxas de expansão da economia brasileira nas duas últimas décadas do século XX e a condução do novo modelo econômico desde 1990.

O Brasil não promoveu as três reformas clássicas do capitalismo contemporâneo no século XX. Nós não fizemos a reforma agrária, que foi fundamental para o desenvolvimento dos países ricos, como os Estados Unidos, a Itália, a Alemanha e o Japão. Nós não fizemos uma reforma tributária. Os ricos no Brasil não pagam impostos. A carga tributária é concentrada nos assalariados e nas grandes empresas. Agricultores, profissionais liberais e pequenos negociantes não pagam impostos. Sem a reforma tributária, não geraremos recursos financeiros para investir na área de saúde, educação, transporte, etc. (...) Falta-nos investimento em transporte coletivo. Faltam-nos ônibus, metrô, recursos para se investir. Portanto, temos mais alternativas que os outros países para enfrentar melhor o problema do emprego. (POCHMANN: 1996, p. 25).

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

É importante salientar que no caso do Brasil essa crise se deu praticamente a partir da abertura do mercado interno, promovida pelo Governo do presidente Fernando Collor de Melo desde 1990. A relação de emprego padrão foi encolhendo-se até se transformar de normal para privilégio. Hoje, ter um emprego com carteira assinada, uma perspectiva de carreira com direito à sindicalização, à barganha coletiva de salários, é privilégio de uma minoria que tende a diminuir. Eram 43% em 1998, na região mais industrializada do Brasil, grande São Paulo e, hoje na década de 2000 não passa dos 30%. É um processo de crise, de mudança, que ainda está longe de se esgotar.

A grave crise do emprego no Brasil ainda não se deve apenas ao problema da *escassez de postos de trabalho*, deve-se também ao problema de *falta de renda*, que faz com que segmentos sociais adicionais sejam remetidos para o mercado de trabalho quando deveriam estar fora dele, como, por exemplo, aposentados, crianças e adolescentes, que passam a ter sua mão-de-obra utilizada por apresentarem a possibilidade de remuneração inferior ao apresentado por outros segmentos da sociedade.

Além do processo de terceirização, de substituição do trabalho assalariado formal por vários tipos de relações informais, sendo destas a compra de serviços a predominante, há também muito trabalho subcontratado por pequenas empresas que, por sua vez, não registram os trabalhadores. Há uma infusão maior do trabalho doméstico, enfim, há muitas formas que o trabalho chamado informal tem assumido.

Consideramos ainda que essas alterações fazem parte de uma transformação muito maior, sendo a crise nas relações de trabalho parte de um processo global de reestruturação da economia capitalista das grandes empresas. E a globalização entra em cena forçando os oligopólios multinacionais do mundo inteiro a se reestruturarem, de modo que, quando eles terceirizam, não estão somente cortando custos, mas reformulando inteiramente a sua estrutura empresarial, em suma, realizam uma racionalização de seus processos produtivos

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

para atender as exigências da economia de mercado, de modo a tornarem-se mais competitivos, diminuindo custos e fragmentando a classe trabalhadora.

Constata-se, portanto, que as alterações ocorridas no mundo do trabalho, especificamente, a partir da década de 1990 trouxeram em seu bojo repercussões e conseqüências intensas na vida dos trabalhadores e as mudanças na cadeia produtiva do calçado incidiram-se profundamente sobre a *classe-que-vive-do-trabalho*, nos dizeres de Antunes (1995).

O pensamento neoliberal apóia fortemente a desregulamentação, a flexibilização e a eliminação de garantias sociais e trabalhistas, negando nesse sentido o papel do Estado como regulador do desenvolvimento social, considerando que este e o desenvolvimento econômico não necessitam um do outro, todavia, não concordamos com tal assertiva, pois cremos que não há como haver o desenvolvimento econômico sem o desenvolvimento social.

KLIKSBERG (2003) ressalta a assertiva supracitada ao considerar uma *falácia* afirmar que ao crescimento basta transmitir a visão de que se estaria avançando se o produto bruto per capita subir.

O supracitado autor enfatiza que quanto maior o crescimento econômico e mais recursos existirem, ampliam-se as possibilidades para a sociedade, mas a vida das pessoas, que é a finalidade última, não pode ser medida por algo que é um meio, deve ser medida por índices que reflitam o que ocorre em âmbitos básicos da vida cotidiana. KLIKSBERG (2003) ainda reafirma que o crescimento econômico sozinho não é o fator determinante dos indicadores fundamentais para verificar o avanço de uma sociedade, mas sim a expectativa de vida dessa população.

As marcas históricas persistentes, ao serem atualizadas, repõem-se modificados, ante as inéditas condições históricas presentes, ao mesmo tempo em que imprimem uma dinâmica própria aos processos contemporâneos.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

A atual inserção do país na divisão internacional do trabalho, como um país de economia dita “emergente” em um mercado mundializado, carrega a história de sua formação social, imprimindo um caráter peculiar à organização da produção, às relações entre o Estado e a sociedade, atingindo a formação do universo político-cultural das classes, grupos e indivíduos sociais. (IAMAMOTO: 2007, p. 128)

Tais desigualdades revelam o descompasso entre temporalidades históricas distintas, mas articuladas, atribuindo assim particularidades à formação social do País que afetam diretamente a economia, a política e a cultura.

Percebe-se que a hegemonia neoliberal na década de 1980 nos países capitalistas centrais não foi capaz de resolver a crise do capitalismo nem alterou os índices de recessão e baixo crescimento econômico. Entretanto, mesmo assim o Brasil adotou tal ideologia, que infelizmente só contribuiu para o aumento dos níveis de desigualdade do país. Pois as medidas implementadas, contudo, tiveram efeitos destrutivos para as condições de vida da classe trabalhadora, provocando aumento do desemprego, destruição de postos de trabalho, redução dos salários devido ao aumento da oferta de mão de obra e redução de gastos com as políticas sociais.

Em síntese no Brasil, verifica-se que a expansão monopolista faz-se mantendo de um lado, a dominação imperialista e, de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional.

O aprofundamento das disparidades econômicas, sociais e regionais, na medida em que favorece a concentração social, regional e racial de renda, engendra uma forma típica de dominação política, de cunho contra-revolucionário em que o Estado assume um papel decisivo não só na unificação dos interesses das frações e classes burguesas, como na imposição e irradiação de seus interesses, valores e ideologias para o conjunto da sociedade.

Iamamoto (2007) ressalta a tese supracitada ao indicar que o Brasil experimentou um processo de modernização capitalista, sem ser obrigado a realizar uma “revolução

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

democrático-burguesa” ou de “libertação nacional”. Assim, a transformação capitalista teve lugar graças a acordos entre as frações de classe economicamente dominantes à exclusão forçada das forças populares e à utilização permanente dos aparelhos repressivos e de intervenção econômica do Estado.

Portanto, o padrão de acumulação brasileiro na segunda metade do século XX estruturou-se através de um processo de super-exploração da força de trabalho, indicado através de altas jornadas de trabalho com ritmos intensos, salários cada vez mais reduzidos e precárias condições de trabalho.

## 5. Bibliografia

ALVES, Giovanni. **O novo e (precário) mundo do trabalho:** reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_ ; SILVA, Maria Aparecida. **O Averso do Trabalho.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

\_\_\_\_\_. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

\_\_\_\_\_.(org.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2006.

CARLONI, André Ramos. **Mentalidade empresarial:** das tachinhas das sapatarias à gestão das empresas que incorporaram as linhas de montagem. Franca: Unesp, 2006. Dissertação de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social. / Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”, Franca, 2006.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

CORIAT, Benjamin. Ohno e a escola japonesa de gestão da produção: um ponto de vista de conjunto. In: HIRATA, Helena (org.) **Sobre o modelo japonês** - Automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho, São Paulo: Edusp, 1994.

CHINALI, Israild Giacometti. **De volta ao lar?** Trabalho feminino e globalização. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese (Doutorado em Serviço Social) São Paulo, 1997.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. Ensaios de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Zahar, 1975

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e Mitos do desenvolvimento social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LARA, Ricardo. **As determinações do trabalho invisível**. 2005. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. (Tr.) Reginaldo Sant'Anna. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. (Livro 1, Volume I)

MESZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

MOREIRA, Maurício Mesquita; CORREA, Paulo Guilherme. **Abertura comercial e indústria**: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Texto para Discussão no.49, Rio de Janeiro: BNDES, 1996.

NAVARRO, Vera Lúcia. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

\_\_\_\_\_. **A produção de calçados de couro em Franca (SP)**: a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. Tese (Doutorado em Sociologia). Araraquara: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. A indústria de calçados no turbilhão da reestruturação. In: ANTUNES, Ricardo. (org.) **Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

POCHMANN, Márcio. **O Emprego na Globalização**: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

\_\_\_\_\_. O Desemprego no Capitalismo. In: **Serviço Social e Sociedade**, nº 52, São Paulo: Cortez, 1996, p.165-67.

# Estudos do Trabalho

Ano II – Número 3 - 2008

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

RAGO, Luzia M.; MOREIRA, Eduardo F.P. **O que é Taylorismo?** São Paulo: Brasiliense, 1984, Coleção Primeiros Passos.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina.** São Paulo: Boitempo, 2002.

SANTANA, Marco Aurélio; RAMALLHO, José Ricardo (orgs.) **Além da fábrica:** trabalhadores, sindicatos e a nova questão social. São Paulo: Boitempo, 2003.

TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luis. **Desajuste global e modernização conservadora.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.